



UFES-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - CAMPUS CERRO LARGO/RS
CURSO: PÓS-GRADUAÇÃO EM ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL
COMPONENTE CURRICULAR: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ZAIRA RIBEIRO KILCA

**REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE A APLICABILIDADE DO SISTEMA PREVENTIVO DO
BOSCO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Cerro Largo

Maio de 2017



ZAIRA RIBEIRO KILCA

**REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE A APLICABILIDADE DO SISTEMA PREVENTIVO DOM
BOSCO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Orientação Educacional. Apresentado como Requisito Parcial para a Obtenção do Título de Especialista em Orientação Educacional, chancelado pelo campus Cerro Largo da Universidade Federal Da Fronteira Sul – UFFS.

Professor Orientador: Dr. Lívio Osvaldo Arenhart

Cerro Largo/ RS

Maio de 2017

REFLEXÕES PEDAGÓGICAS SOBRE A APLICABILIDADE DO SISTEMA PREVENTIVO DOM BOSCO NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Zaira Ribeiro Kilca¹

Prof. Dr. Lívio Osvaldo Arenhart²

RESUMO: Produzido com base na experiência profissional em estudos bibliográficos, o texto propõe a amorosidade, razoabilidade e religiosidade, o “tripé do Sistema Preventivo de Dom Bosco”, como fonte de diretivas interpelações e inspirações pedagógicas para o enfrentamento dos problemas educativos de aprendizagem e de relacionamento nas escolas públicas. A questão fundamental em torno do desenvolvimento de suas *reflexões pedagógicas* diz respeito ao modo como os educadores devem *caminhar com* os educandos em seus respectivos processos de aprendizagem escolar, para que obtenham êxito de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação republicana e democrática. Na perspectiva salesiana proposta, o/a Orientador/a Educacional pode contribuir para a reflexão dialógica, pública e resolutiva sobre a execução e a gestão dos projetos educativos nas escolas públicas tão diversamente situadas no contexto sociocultural brasileiro. Pode contribuir ainda para a prevenção e administração consensual dos conflitos nas escolas.

Palavras- Chave: Aprendizagem. Amorosidade. Razoabilidade. Religiosidade. Prevenção.

RESUMEN: Produzido con base en una experiencia profesional y en estudios bibliográficos, el texto propone la amorosidad, sensatez y religiosidad, el “trípode del Sistema Preventivo de Don Bosco”, como fuente de directivas interpelaciones e inspiraciones pedagógicas para el enfrentamiento de los problemas educativos de aprendizaje y de relacionamiento en las escuelas públicas. La cuestión fundamental en torno de el desarrolla de el sus reflexiones pedagógicas dice respecto a el modo como educadores deben caminar con educandos en sus respectivos procesos de aprendizaje escolar, para que obtengan éxito con criterios establecidos pela legislación republicana y democrática. En una perspectiva salesiana propuesta, el/ la Orientador/a Educacional puede contribuir para una reflexión dialógica, pública y resolutiva sobre a ejecución y la administración de proyectos educativos en las instituciones públicas tan diversamente situadas en un contexto sociocultural brasileño. Puede contribuir además de eso para prevención, administración consensual de los conflictos en las escuelas.

Palabras-clave: Aprendizaje. Amorosidad. Sensatez. Religiosidad. Prevención.

¹ Acadêmica concluinte do Curso: Pós-graduação Lato Sensu do Curso de Especialização em Orientação Educacional pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: zariark@hotmail.com

² Licenciado em Filosofia e em pedagogia, Mestre e Doutor em filosofia e docente adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: livio.arenhart@uffs.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo é produto de estudo bibliográfico. Propõe o tripé do sistema preventivo de Dom Bosco - SPDB - como fonte de inspiração pedagógica para enfrentar os problemas educativos de relacionamento e de aprendizagem nas escolas públicas. Em função da complexidade destes, importa que se zele pelo equilíbrio dos três pilares propostos pelo modelo pedagógico de Dom Bosco: amorosidade, razoabilidade e religiosidade como modos-a-ser, isto é, como possibilidades humanas de ser com os outros, com os colegas e com os alunos. Conjugar, em primeira pessoa, o verbo “ser” no sentido verbal-ativo e auto implicativo, ao mesmo tempo, com os predicados “amoroso”, “razoável” e “religioso”, possibilita pensar num/a educador/a de caráter dialógico, ao mesmo tempo acolhedor e exigente, carinhoso e rigoroso, respeitoso e militante, amável e combativo. A combinação destes contrários deve ser pressuposta como um requisito imprescindível para o trabalho pedagógico que visa à formação para o desenvolvimento pessoal dos educandos, para o trabalho e para o exercício da cidadania, na contemporaneidade. Na perspectiva salesiana proposta, o/a orientador/a educacional pode contribuir para a reflexão dialógica, pública e resolutiva sobre a execução e a gestão dos projetos educativos nas escolas públicas tão diversamente situadas no contexto sociocultural brasileiro. Pode contribuir ainda para a prevenção e administração consensual dos conflitos nas escolas.

O texto expõe reflexões pedagógicas em que a pesquisa bibliográfica é filtrada pelas experiências profissionais, cujas trajetórias de vida, de formação e de trabalho profissional fortemente marcada pela pedagogia salesiana. Por isso, a maior parte deste ensaio se ocupa de apresentar e comentar os princípios do SPDB. Acredita-se que o SPDB guarda validade como método para o ensino, para a organização do trabalho pedagógico e na orientação educacional contribuindo para a prevenção e administração dialógica de conflitos escolares. Como as reflexões estão endereçadas para educadores de escolas públicas e, em princípio, laicas, a pedagogia salesiana é aqui hermeneuticamente torcida para aplicações possíveis nesses espaços, desvestida de sua roupagem ostensivamente religiosa; mas isso não subtrai dessa pedagogia os seus pressupostos teológicos. Portanto, a orientação educacional deve proporcionar meios para que o ambiente escolar seja um espaço de vida, amor, acolhimento, em que os educandos se sintam felizes em estar lá.

As reflexões pedagógicas que seguem mostram interfaces do SPDB, sem se deter muito em cada uma delas, com a psicologia institucional, com a psicopedagogia, com a filosofia da alteridade, com o paradigma da Justiça Restaurativa, com a teoria dos quatro pilares da educação para o século XXI (Delors), com o modelo discursivo-dialógico da Orientação Educacional e outras vertentes teóricas que atravessam atualmente o campo teórico-profissional da educação e do ensino.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O Sistema Preventivo Dom Bosco e as Questões Relativas à Aprendizagem

A questão aqui é a aplicabilidade técnica e eticamente justificável do SPDB às instituições escolares públicas brasileiras da atualidade. O SPDB está focado no tripé axiológico-normativo *amorosidade, razoabilidade e religiosidade*. Como regra hermenêutica, há de se declarar que os três termos devem ser compreendidos na perspectiva pedagógica. Mesmo quando, por exemplo, Dom Bosco se refere ao conceito de “cristão em sentido próprio”, ele não está apontando meramente para o aspecto simbólico-ritualístico da religião cristã, mas para a dimensão prático-existencial-social (cristianismo real), na qual é possível avaliar a consistência (maior, menor, nula ou negativa) com o exercício da cidadania social e política.

Em sua pretensão originária, no contexto da primeira revolução industrial, a pedagogia de Dom Bosco visava ao desenvolvimento humano integral dos jovens, não permite ser reduzida a uma perspectiva idealista de pedagogia e sim possibilita ser acionada como “instrumento” pedagógico a serviço da transformação social. No que tange ao trabalho escolar, hoje, isso implica combater o fracasso escolar, reduzir o índice de desistência e evasão escolar, aumentar a assiduidade dos educandos. Implica a análise das situações de conflito, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal, cognitivo, social e moral dos alunos. Dom Bosco entendeu que, sob as condições econômicas do capitalismo - que desmancha no ar tudo o que é sólido, eticamente recomenda-se a prevenção no duplo sentido: evitar os malefícios e antecipar os benefícios. Esse duplo sentido da prevenção ela vinculou fortemente ao trabalho educativo.

Outra dimensão importante da pedagogia de Dom Bosco antecipou historicamente perspectiva fenomenológico-existencial da educação: tomar com foco do trabalho educativo a singularidade da existência de cada um e dispor-se a ajudar o educando a elaborar e realizar seu próprio projeto de vida.

Ao pedagogo Dom Bosco não faltou ardor, tato, bom senso, equilíbrio e sabedoria estruturante (relacionada à paternidade simbólica e social, não necessariamente biológica) e vinculante (relacionada à maternagem), que ensina (de “in-signare”: marcar dentro, no fundo) a enfrentar a vida presente e futura. O pilar da *amorosidade* dispõe-no a dar suporte ao educando de modo que ele se valorize a si mesmo, torne-se autônomo e passe a se assumir como cidadão. O pilar da *razoabilidade* fá-lo jogar um facho de luz à frente de cada educando, pelas explicações sobre o modo como passou a funcionar o “grande mundo”, desde a primeira revolução industrial, e pelas orientações calcadas na ética clássica e

na sabedoria prática que é necessária para transitar na vida social a partir do momento em que o sistema econômico capitalista começou a colonizar o mundo da vida. O pilar da *religiosidade* torna o educador alguém capaz de dar suporte a cada criança e jovem na elaboração simbólica de suas perguntas existenciais de fundo, auxiliando-os a formularem projetos de vida que transcendam as condições finitas de tempo e espaço e, com isso, brindando-os com experiências de sentido derradeiro com as quais podem dar sabor e motivação às suas vidas mais ou menos monótonas.

A pedagogia salesiana, desde a sua origem, ao tempo da primeira revolução industrial, orienta-se pelo princípio de que o educador deve *estar atento às dificuldades específicas de aprendizagem de cada aluno individual*, o que implica o correspondente fornecimento de dicas, pistas ou sugestões de como aprender o que socialmente é relevante ser aprendido. Neste ponto, o educador salesiano possibilita ao educando a “experiência da graça”, de que falam os teólogos: “eu não fui descartado/a!”, ou, “eu fui eleito/a!”. Destaque-se que esta experiência de caráter religioso só pode ser feita pela mediação da atuação de um/a educador/a!

Manifestamente, viu Dom Bosco e seus confrades e discípulos, confreriras e discípulas, que isso não se faz sem um ambiente psicossocial (comunitário) e institucional adequado. Nada de vivo e palpante pode acontecer sem um clima propício. Daí a importância da gestão das unidades escolares na perspectiva do sistema preventivo Dom Bosco. Em ambientes bem organizados e gerenciados, muito do que deve ser aprendido se aprende por hábito, embora isso não seja suficiente. Em tais contextos institucionais, menos frequentes que em outros, os conflitos inevitáveis são administráveis com tato, inteligência e profundo respeito à alteridade. Naturalmente, em tese (dificilmente contestável), admite-se que uma menor frequência e uma menor intensidade de conflitos propicia um ambiente mais favorável de aprendizagem.

Ademais, historicamente, com base nos pilares da amorosidade, da razoabilidade e da religiosidade, o SPDB tem sido eficaz na prevenção dos atos de indisciplina e de infração dos educandos, um aspecto favorável adicional às condições favoráveis à aprendizagem. Desde o olhar da psicologia institucional e da pedagogia libertadora, pode-se correlacionar a prevenção dos atos de indisciplina e de infração dos educandos pelo SPDB aos seus princípios de ação que asseguram aos estudantes a plenitude de expansão vital, liberam suas respostas simbólico-afetivas às exigências pedagógicas dos educadores amáveis, razoáveis e espirituais. Se se leva a sério a tese da pedagogia institucional de que o que, nas instituições, gera violência é a proibição da palavra e se se leva a sério que o SPDB dá atenção e respeito às falas dos educandos, sem deixar de ser amorosamente exigente com eles, é logicamente consistente cogitar que o SPDB é pragmaticamente funcional na prevenção e resolução de conflitos escolares. Isso, sem contar a pretensão (evangelista) salesiana de produzir

efeitos pedagógicos, morais e religiosos além da porta da escola, pretensão justificável em função do aprendizado dos educandos, concernente à administração dos conflitos no contexto escolar.

Nos aspectos mencionados atinentes à educação escolar, o/a orientador/a educacional de escola pública pode se valer das inspirações e recomendações sintetizadas no SPDB. Esta assertiva vale igualmente para os parceiros do/da orientador/a educacional, também preocupados com os destinos das crianças e dos adolescentes, que são os membros do Conselho Escolar, do Conselho Tutelar e do Ministério Público.

Quem conhece o SPDB aposta que a emancipação, prometida pela modernidade ocidental (livrar-se da tutela de outros sujeitos e integrar decisão e execução de seus próprios projetos de ação), só é possível a quem seja educado na perspectiva do tripé amorosidade-razoabilidade-e-religiosidade.

No contexto social brasileiro, nos dias de hoje, há que repensar a prática pedagógica, refletir sobre os valores, sobre a relação interpessoal com os educandos, em busca ininterrupta do diálogo e da compreensão dos conflitos apresentados no ambiente escolar.

O modelo de educação escolar vigente deixa a desejar e proporciona ao educando um ambiente sem motivação e não desperta seu interesse para a aprendizagem, de modo que os egressos da educação básica parecem não se sentir preparados para atuação cidadã na sociedade, pois os assuntos abordados não atraem a curiosidade e o interesse dos educandos.

Há de se atentar para a diversidade cultural e para os múltiplos arranjos das relações familiares. Há formas concretas de parentalidade em que predominam os relacionamentos saudáveis e harmônicos, em outras, predominam os relacionamentos conflituosos. Os educadores escolares devem não ignorar as marcas que o aluno, em sua individualidade, traz do seu respectivo arranjo familiar. Entre outras coisas, a eficácia do trabalho pedagógico escolar, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, passa pela atenção pedagógica a essas marcas, pois, em primeira e última instância, cada aluno singular é titular do direito social, do direito público subjetivo à educação. Ou seja, nenhum aluno, nenhuma aluna, é um ser abstrato e como ser concreto, só pode ser atendido mediante a escuta que os adultos qualificados da instituição escolar fornecem a ele/ala.

A universalização do acesso à educação escolar, no Brasil, não significa a universalização efetiva da educação. Manifestamente, estar na escola não significa estar aprendendo o que funcionalmente e politicamente se precisa para viver bem na sociedade. E o aprendizado de que aqui se trata não se reduz a ser adestrado/treinado ou a decorar conteúdos vazios de significado. Há de se entender a educação e planejá-la como processo permanente, mediante o qual os indivíduos e suas organizações, bem como a sociedade e suas estruturas, tornam-se verdadeiramente humanos,

permitindo a existência e a convivência, em clima de respeito e de amor a vida (CARVALHO, 2002, p. 62). O aprendizado de valores humanos tem início e lugar na família, mas não se restringe a ela.

Não se pode negar que os profissionais das escolas públicas estão fazendo esforços gigantescos para resolver os problemas de aprendizagem no ambiente escolar. Talvez seja necessário estudar alternativas que venham a melhorar os hábitos da relação educando e educador. Teriam os problemas de aprendizagem a ver com indisciplina? Caso afirmativo, estaria faltando o reconhecimento afetivo de valência positiva (amor) aos educandos que cometem atos de indisciplina? É essa frustração no reconhecimento afetivo devida a problemas sociais gerados pelo modo de produção capitalista, fonte principal das desigualdades sociais? No contexto abrangente da sociedade de mercado capitalista neoliberal, é notória influência que os dominantes dessa sociedade exercem sobre os jovens através da televisão, do rádio e do uso sempre mais amplo das novas mídias computadorizadas (celular, internet, facebook, youtube, twitter, etc.), que, de certo modo, dificultam a assimilação pelos estudantes do currículo politicamente prescrito. Há solução para essa frustração no relacionamento afetivo e na aprendizagem cognitiva nas escolas enquanto o capitalismo se mantiver como a forma dominante de relações sociais? Eis o que se pode considerar uma dos grandes desafios para a solução dos problemas do nosso tempo.

Na concepção salesiana, válida para a educação republicana de qualidade científica e social, é preciso “preocupar-se com formação da inteligência, sem descuidar da liberdade e da capacidade de amar”; é preciso fazer acompanhar o crescimento do poder técnico com o “crescimento bem mais difícil dos nossos recursos morais”³ (NANNI, 2014, p. 11). Em resposta a esse desafio, a tradição salesiana, um filete da tradição cristã, emblematicamente, indica como fim último da educação formar “bons cristãos e honestos cidadãos”.

Encarar o desafio anteriormente formulado implica a consciência de que “para educar, precisamos aprender sempre e conhecer na plenitude a palavra paciência”. “Quem não tem paciência desiste, não consegue aprender, não encontra caminhos inteligentes”.⁴ (CURY, 2003, p. 71).

Como condição de êxito do aprendizado escolar, a disciplina escolar é um conjunto de regras que devem ser obedecidas tanto pelo educador quanto pelo educando. Na disciplina, variável dependente da organização das relações entre humanos, é preciso levar em consideração as características de cada um dos envolvidos no caso, o educador e o educando, além das características do ambiente

³ Na concepção salesiana, válida para a educação republicana de qualidade científica e social, é preciso “preocupar-se com formação da inteligência, sem descuidar da liberdade e da capacidade de amar”; é preciso fazer acompanhar o crescimento do poder técnico com o “crescimento bem mais difícil dos nossos recursos morais”. (NANNI, 2014, p. 11).

⁴ “Quem não tem paciência desiste, não consegue aprender, não encontra caminhos inteligentes”. (CURY, 2003, p. 71).

escolar. O educador é essencial para socialização do saber, pois para ensinar, o educador deve saber o que ensina e para que ensinar, e permitir questionamentos quanto à sua prática. Se o educador se colocar na posição de dono do saber, de quem não precisa aprender, ele está colocando em risco a aprendizagem dos educandos, visto que estes percebem a dificuldade do educador de lidar com suas limitações, fracassos e sentimentos.

Frisa-se que os costumes das crianças, dos adolescentes e dos jovens não dependem exclusivamente do que eles aprendem em casa. A educação não é mais privilégio da família. Desde cedo as crianças já recebem influências culturais da escola, dos amigos, da televisão e dos outros meios de comunicação social, desde cedo elas podem assimilar modelos diferentes de valores, costumes e influências variadas. Aos educadores convém investigar os contextos sociais em que seus educandos estão inseridos, este parece ser um requisito para que o ambiente escolar seja um ambiente de relação fraterna e amiga, um espaço afetivo e efetivo de participação, propício ao desenvolvimento humano, como pretende Dom Bosco em sua apologia do sistema preventivo, que pode ser definido como caridade pedagógica.

A aprendizagem não depende exclusivamente das condições subjetivas do aprendente. Ela pressupõe a existência do ambiente intersubjetivo harmonioso em condições contextuais determinadas. Em qualquer atividade que envolve seres humanos, há que se contar com personalidades diversas e com uma estrutura concreta de relações entre elas. Ou seja, tem que se levar a sério a relação entre as condições objetivas e as condições subjetivas para a atividade em questão. Os seres humanos são interativos e essa interação é mediada pela forma de estruturação das relações, devendo-se levar em conta ainda a historicidade das mesmas e às significações que são atribuídas pelos sujeitos a tudo que acontece nessas relações.

Em sua experimentação pedagógica, Dom Bosco se certificou o quanto os jovens se sentiam bem e se dispunham aos esforços da aprendizagem quando dirigidos de forma acolhedora e orientadora. Comparou a relação afetiva entre educador e educando ao relacionamento de uma boa família. Como ele interpretava religiosamente a síntese entre estruturação (função paterna) e acolhimento (função materna), descrevia a tarefa do educador exemplar comparando-a com a dos cristãos exemplares, certamente raros também no seu tempo.

A aprendizagem está sempre ligada ao externo (estímulos externos), e ao interno (intenções, motivações), isto é, resulta das interações entre as condições subjetivas e das condições objetivas, é efeito da interação de sujeito e objeto, sempre pela mediação do outro, do educador ou do colega mais experiente. Em boa medida, a aprendizagem depende da forma segundo a qual o educando se identifica com o educador, da forma como este desperta seu interesse e da *forma pela qual esse*

educando se vê no olhar desse educador que, aos olhos do educando, assume o lugar do saber. Supõe-se que a questão da não aprendizagem implica muito mais do que o simples domínio de atos voluntários ou do ensinamento de regras de bem viver.

Percebe-se em alguns educadores uma habilidade notável para contornar situações difíceis. Ao se defrontarem com as diferenças e os conflitos interpessoais, eles não se destituem de sua autoridade, do lugar de ensinantes. Contornam as situações sem alterar o andamento das aulas. Do outro lado, observam-se educadores que têm uma forma rígida de lidar com as diferenças de comportamento, que encaram as divergências e descasos dos estudantes como se fossem provocações ou afrontas à sua pessoa. São frequentes e reincidentes os casos em que os educadores se recusam a relacionar os fracassos na aprendizagem de seus alunos com possíveis inadequações de seus procedimentos e metodologias.

As queixas cotidianas dos profissionais da educação denunciam um mal-estar generalizado, imperante no campo profissional da educação básica pública. Do lado dos alunos, há a percepção de que na instituição escolar vige uma inconsistência pragmática entre o discurso democrático o exercício prático do poder. “A educação moderna está em crise, porque não é humanizada, separa o pensador do conhecimento, o professor da matéria, o aluno da escola. Enfim, separa o sujeito do objeto”⁵, por conta da falta da função mediadora, que deveria ser exercida dialogicamente pela autoridade pedagógica (CURY, 2003, 101).

Com efeito, a escola deveria ser um lugar de encontro e saberes, pois ali que a criança é introduzida no mundo mágico leitura e escrita. É na escola que ela aprende a conviver com as diferenças culturais, sociais e econômicas, mas o sucesso disso depende de um projeto pedagógico condizente com a realidade social cognitiva dos alunos. Projeto assim só pode ser elaborado e praticado por profissionais competentes e comprometidos com um estilo de ensino que faz emergir na criança a paixão de aprender.

É possível que dificuldades de aprendizagem de alunos estejam relacionadas com a falta de habilidade emocional do educador, entenda-se, com a incapacidade do educador de acolher e emocionar os alunos, cada um deles em sua singularidade, é que cada aluno/a tem o direito de fazer a experiência de que não foi descartado, de que foi reconhecido e que está sendo auxiliado e recebendo suporte na construção de seu projeto de vida. O que está em pauta aqui é que não basta o domínio cognitivo da especialidade/disciplina científica a ser ensinada; o professor deve também ser capaz de provocar o fascínio dos alunos pelos conteúdos culturais a ser aprendido, aspecto que guarda relação estreita com a postura do docente face aos educandos como pessoas humanas e com a metodologia

⁵ “A educação moderna está em crise, porque não é humanizada, separa o pensador do conhecimento, o professor da matéria, o aluno da escola. Enfim, separa o sujeito do objeto”, (CURY, 2003, 101).

dialógica. O educando é o agente da construção do seu conhecimento, mas para que isso se efetue, ele precisa primordialmente se espelhar em alguém – no/na professor/a, com quem possa se identificar e, assim, construir-se como sujeito cognitivo e afetivo.

Quanto à indisciplina, cumpre não interpretá-la como manifestação sintomática de estruturas psíquicas doentias. É mais razoável procurar detectá-la ali onde e quando a paixão de aprender e conhecer (curiosidade) não é atendido satisfatoriamente pelas condições objetivas das instituições escolares, cuja existência se justifica em função de tal demanda.

“Indisciplina”, atribuída sempre nos alunos e raramente aos professores, é o termo para o qual convergem as queixas dos professores. Não raro se vincula a esse termo o rótulo “família desestruturada”, de sentido vago, referindo-se ao grupo familiar de alunos, jamais de professores. A ideia de indisciplina é invariavelmente conectada à ideia de descumprimento de normas e conselhos e este descumprimento não é visto como transgressão no sentido de ultrapassagem para algo novo e diferente, mas como mera incapacidade de se manter dentro de limites previamente estabelecidos. Numa concepção ética normativista, o transgressor deve ser punido. Ora, se o ato transgressor deve ser castigado pela imposição de uma situação de sofrimento ao autor, então, pelo ato transgressor, se instaura uma espécie de círculo vicioso da violência, pois à violência da autoridade escolar as vítimas reagirão de uma ou outra forma. Só uma pedagogia do amor poderá evitar ou romper os círculos de violência. Mas, sem pretender justificar os atos de indisciplina, há de se dizer que isso não pode ser esperado da visão normativista das relações nas escolas.

Na visão de Dom Bosco, os educadores devem prevenir situações que prejudicam as aprendizagens escolares e devem livrar a amorosidade, a razoabilidade e a religiosidade dos desvios e dos condicionamentos (internos e externos) que bloqueiam o desenvolvimento integral dos jovens. Com relação à amorosidade, pode ser citado como desvios o egoísmo, as relações mecânicas e despersonalizadas entre as pessoas, a redução da pessoa a uma peça no sistema de produção, a ambição, o poder de querer dominar o outro, a redução dos valores humanos aos bens de consumismo, a identificação do amor com prazer. São desvios da razoabilidade: impedimento à livre reflexão, negação de espaço para o silêncio, bombardeio das mentes das pessoas através dos meios de comunicação de massa, desenvolvimento da mente humana exclusivamente com capacidade de conhecer, cuidado no pensamento humano somente em vista da eficácia e da funcionalidade, identificação da cultura como bagagem de informações. A religiosidade é impedida ou desviada pela falta de liberdade (de consciência) religiosa, pela privatização da religião na sociedade, pelas propostas religiosas alienantes, pela cultura do barulho, pelas celebrações enfadonhas e ritualísticas, pela

dicotomia entre fé e vida. Diante dessas possibilidades de desvio, importa que os educadores zelem pela formação integral e emancipada dos educandos.

Os três pilares do SPDB asseguram a formação dos educandos para a capacidade de amor-resposta, de discernimento e de experiência doxológica em relação à condição finita do ser. O SPDB como ambiente pedagógico requer relações fraternas e amigas, acolhimento, amorosidade e participação dos educandos. Para Dom Bosco, esse clima psicossocial, essa cultura de paz, transborda da sala de aula, de modo que, a seu ver, a educação é mais efetiva no pátio que dentro da sala.

Para a formação pedagógica dos professores e outros profissionais da educação escolar, o SPDB representa um desafio que transcende a dimensão técnico-instrumental. Também vai além da formação teórico-conceitual. Formula exigências de ordem existencial-espiritual, isto é, concernentes à dimensão de profundidade da experiência humana, na relação consigo mesmo, com os outros, com a natureza e com o transcendente. Por este viés, o conceito de emancipação humana se articula com o clássico conceito de autodomínio, no sentido de se tornar “líder de si mesmo, líder dos seus pensamentos e emoções”⁶ (CURY, 2003. p.59). Se cada um dos integrantes da comunidade escolar é reconhecido como líder de si mesmo, então todos são chamados a pensar, a planejar, a dirigir e executar os projetos educativos. E isso implica, ao invés de serem desfeitas as hierarquias de responsabilidades, a definição clara e a coordenação orgânica dessas responsabilidades. Trata-se aqui de uma condição do exercício público das liberdades.

Um componente interessante do SPDB é a reorganização das condutas inadequadas à aprendizagem por meio da razoabilidade, a qual se aproxima do que hoje chamamos “razão comunicativa”. Com a mesma forma afetivo-racional de relacionamento com que se contornam ou retiram os obstáculos à aprendizagem organizam-se as recreações na escola, visando ao bom andamento das atividades no ambiente escolar.

Convém frisar que a amorosidade de que fala Dom Bosco, articulada com a razoabilidade e com a religiosidade, tem as características do bom relacionamento entre familiares, mas, numa espécie de transbordamento, dirige-se a todos os seres humanos, tratando-se, portanto, de um princípio de universalização. Como tal, contrapõe-se não só à desigualdade social (tema do século XIX: Marx), mas também à exclusão (tema da segunda metade do século XX: Foucault). E, mesmo que no tempo de Dom Bosco o diálogo intercultural ainda não estivesse na agenda das grandes questões do momento, de certo modo, a amorosidade exigia o reconhecimento afetivo, jurídico e sociocultural dos outros, os desamparados, os excluídos, os estigmatizados, os refugiados.

⁶ “...líder de si mesmo, líder dos seus pensamentos e emoções.” (CURY, 2003. p.59).

Na dimensão vertical da existência humana, a amorosidade fornece diretiva (a lei simbólica) e o impulso original para o bem. Na dimensão horizontal, a razoabilidade ilumina e interpela: ilumina a compreensão das situações e dos fundamentos das exigências morais; trata-se aqui da compreensão profunda e concreta das necessidades humanas, das exigências, das expectativas das pessoas, a partir da qual o ser-amoroso pode se desdobrar em projetos de ação eficaz. Na dimensão temporal-prospectiva da vida, a religiosidade inspira, rasga horizontes, abre o futuro, acende a esperança, renova a face da terra, eleva o astral, faz ferver os corações... Note-se que aqui se trata mais de espiritualidade no sentido saudável e emancipador que de religião no sentido ritualístico, de modo que exige um profundo respeito às crenças religiosas das outras pessoas, o que imuniza contra o sectarismo religioso e possibilita o diálogo religioso sadio e profícuo.

Com base nas diretivas, interpelações e inspirações salesianas, um educador da atualidade pode se sentir livre para ouvir com atenção qualquer educando, ler os seus sinais vitais no que tange à aprendizagem e orientá-lo nas suas dificuldades específicas de cada momento. E isto é método de ensino, uma maneira eficaz de caminhar com os educandos, de sintonizar-se com eles, de estar antenado para as suas necessidades específicas de aprendizagem. Esse método, porque dialógico e paciente, possibilita diagnosticar os sentidos subjetivos dos atos de indisciplina e dos bloqueios na aprendizagem (É pedido de socorro? É protesto? É temor de algo? É raiva de alguém? É outra coisa?). Um aspecto importante desse método é que, por meio dele, os educadores inspiram confiança nos educandos. E isso é determinante para a aprendizagem daquelas crianças que não se estruturaram psicologicamente sobre a base da confiança! Sentir-se seguro, amparado, enquadrado, é condição psicossocial para a aprendizagem escolar. A isso deve se acrescentar o aspecto do ambiente calmo e silencioso, mas que não deve ser imposto autoritariamente. Sem organização dialógica de um ambiente predominantemente harmonioso e sereno, dificilmente a escola poderá ser um lugar de alegria e bem-viver.

2.2 O Sistema Preventivo Dom Bom e Possível Contribuição Para Orientação educacional

Para a organização desse espaço de acordo com os princípios salesianos, são determinantes os projetos de ação da Orientação Educacional. A prática da Orientadora Educacional deve estar alicerçada em um referencial teórico compatível com o mundo sociocultural dos educandos. Exige estar atenta aos educandos em suas dificuldades (e/ou problemas) de aprendizagem, em sua construção da aprendizagem, em seus esforços para serem incluídos/reconhecidos no ambiente escolar (ao invés de serem tiranizados por professores e colegas cruéis). Para isso, a Orientadora Educacional precisa de

muito e adequado estudo teórico. Precisa de diálogo permanente com os colegas de trabalho e com os educandos. É imprescindível estar atento às transformações sociais, vividas pelos educandos. Pois cabe à Orientadora Educacional a responsabilidade de prevenir e administrar os conflitos em consonância com os princípios do SPDB, nos quais podem se apontar vários e importantes pontos de intersecção com o paradigma ético-jurídico da Justiça Restaurativa.

Deve também a Orientadora Educacional se esforçar para que o projeto pedagógico da escola defina, em termos de currículo em ação, a aprendizagem de saberes socialmente relevantes, a serem aprendidos por métodos subjetivamente significativos, de modo que os estudantes possam tornar-se agentes de transformação das estruturas sociais, além de pessoas humanas realizadas e felizes.

A Orientadora Educacional deve considerar o trato com os educandos e educadores, incluindo a compreensão e a tolerância como formas de construir um espaço escolar marcado pela amorosidade e ação coletiva participativa. O esforço das pessoas para que se conheçam se olhem, se ouçam, falem umas com as outras e se estimem constitui elemento fundamental para a construção das relações de valência positiva dentro de um educandário. Isso tem a ver com a verdadeira integração entre educadores, educandos, direção, orientadora, supervisão e funcionários. Uma escola de boa qualidade para todos é escola inclusiva, está a serviço da dimensão social e política das relações humanas, na medida em que o processo educacional ofereça além da apropriação do conhecimento a capacidade crítica, indispensável, do exercício da cidadania plena (CARVALHO, 2002, p. 43).

No ambiente escolar, faz-se necessário que a Orientadora Educacional descubra, invente, crie maneiras de valorizar construtivamente as diferenças existentes, pois precisa ter valor forte que leve a aceitar, respeitar e tornar significativas as atividades trabalhadas com educadores e educandos.

Na relação da orientação educacional e do educando, quando existe espaço para o reconhecimento sincero e franco do que o educador é e faz, torna-se manifesto a importância de resgatar a dimensão afetiva das relações humanas no ambiente escolar, para, com ela, reconstruir o valor-pessoa (a dignidade) de cada educando, tendo em vista os quatro pilares da educação de que fala Delors (2012): ensinar a conhecer, a fazer, a conviver e a ser. A propósito, em boa medida, estes pilares estão implícitos no SPDB, ainda que os pilares destes tenham outros nomes. Manifestamente, o tripé do SPDB possibilita inventar novas possibilidades (de amorosidade, razoabilidade e religiosidade) no trabalho da Orientadora Educacional na escola pública.

Quanto aos conflitos que, 'sob' diversas formas, surgem no cotidiano escolar, a Orientadora Educacional deve evitar que se agravem e buscar resolvê-los por meio dos métodos consensuais hoje disponíveis, mas que intuitivamente têm sido usados pelos educadores de bom senso desde as comunidades tribais, passando pelas escolas salesianas. Seja qual for o método específico que a

Orientadora utilizar para administrar os conflitos escolares, convém se orientar pelo olhar da amorosidade, da afetividade e da religiosidade sobre as trajetórias de vida e de escola dos educandos envolvidos. Como consta do documento *Diálogos e mediação de conflitos nas escolas- Guia prático para educadores*, do Conselho Nacional do Ministério Público (2014, p. 9), os conflitos fazem parte da natureza humana e, simples ou graves, devem ser vistos como oportunidades de mudanças e de crescimento. Os conflitos estão muito presentes nas escolas, que são espaços privilegiados para a disseminação de valores e construção da cidadania. Por isso, a comunidade escolar precisa conhecer ferramentas, estratégias e habilidades que possibilitem o seu gerenciamento pacífico. Mas essa função da Orientadora Educacional deve ter em vista a melhoria das condições de aprendizagem e desenvolvimento integral dos educandos, incluindo aspectos relacionados à assiduidade e ao estado emocional.

Sob as diretivas, interpelações e inspirações do SDDDB, a orientadora educacional deve ter abertura com os educandos e educadores, propor diálogo, responsabilidade e sensatez, incentivar e orientar para o compromisso intelectual, para que sejam alcançados por todos os educandos os respectivos objetivos curriculares.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, acredita-se ter justificado a adoção do SPDB como uma referência importante para fazer uma boa leitura pedagógica do jogo sociocultural em curso nas instituições escolares públicas brasileiras. Naturalmente, está subentendido em tal afirmação que o trabalho escolar não se reduz à dimensão instrumental, por mais importante que esta seja. Há de se levar em alta consideração a dimensão moral dos costumes, a dimensão ética da justificação de normas e valores, o âmbito estético-simbólico dos sonhos (projetos de vida), a problemática da alteridade e da possibilidade do contraditório relativo a qualquer pretensão, o desafio de cada um ter de se traduzir para interlocutores de outra formação cultural (diálogo intercultural), a novidade histórica da emergência de novos sujeitos de direitos fundamentais (mulheres, crianças e adolescentes, pessoas deficientes, negros, índios, homossexuais, etc.)... Fundamentalmente, o SPDB fornece diretivas (amorosidade), interpelações (razoabilidade) e inspirações (religiosidade/espiritualidade) para o exercício da inovação face ao imponderável das condutas dos educandos, que podem apresentar conflitos nos relacionamentos, na construção da aprendizagem, na aceitação das pessoas deficientes e diferentes..., conflitos que devem ser administrados com ternura e dureza para que a aprendizagem escolar tenha o lugar e o tempo que precisa, de acordo com a legislação republicana e democrática.

Como Orientadora Educacional, acredita-se na importância da educação para a realização humana das crianças e adolescentes. Portanto, as escolas públicas podem ser lugares bons para se viver o presente e projetar-se ao futuro. As escolas públicas podem contribuir na realização dos grandes objetivos da educação nacional: desenvolvimento pessoal, preparação para o trabalho e formação para o exercício da cidadania.

Mas para isso não basta pensar pedagogicamente na metodologia de ensino. Isto é indispensável. Tem se pensar também na organização do trabalho pedagógico como um todo na perspectiva da gestão democrática da unidade escolar, mediante a reelaboração e implantação de projetos político-pedagógicos e administrativos emancipadores.

No que tange à relação interpessoal com cada educando, os educadores podem ser beneficiados pelos influxos do SPDB quanto à dinâmica educativa e perseverante da escuta atenta das necessidades, crenças, desejos e anseios dos educandos e da consequente capacidade de compreensão dos sentidos de suas condutas, sejam elas positivas sejam elas negativas.

Está lançada como questão a ser aprofundada em futuras pesquisas a interface entre a teoria dos quatro pilares da educação para o século XXI, de Jacques Delors, e a teoria dos três pilares do SPDB formulada ao tempo da primeira revolução industrial, no século XIX. Ainda remete para aprofundamentos futuros os pontos de convergência entre o SPDB quanto à prevenção dos problemas escolares e o paradigma ético-jurídico da Justiça Restaurativa no que tange promover uma cultura de paz nas escolas e administrar positiva e consensualmente os conflitos que aparecem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394/1996 - **Lei de Diretriz e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso: 28/04/2017.

BRASIL. Lei nº 8069/1990 – **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso: 28/04/2017.

CARVALHO, Rosita Edler. **Uma promessa de futuro: a aprendizagem para toda a vida**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

CHALITA, Gabriel Benedito. **Educação: A Solução está no afeto**. 4 ed. São Paulo: Editora Gente, 2004.

CHÁVEZ, Pascal V. Reitor. O Sistema Preventivo de Dom Bosco. Estreia, 2008 a.

_____. **Eduquemos com o coração de Dom Bosco**. Estreia, 2008 b.

CHÁVEZ. Pascual. Conferências Bicentenárias do Nascimento de Dom Bosco. Uruguay, 2013.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Diálogos e mediação de conflitos nas escolas**- Guia prático para educadores, Brasília-DF, 2014.

CURY, Augusto Jorge. **Pais Brilhantes Professores Fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DELORS, Jacques (org.). **Educação um tesouro a descobrir** – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

FERREIRA, Antônio Silva Ferreira - São João Bosco – **Memórias do Oratório de São Francisco de Sales**. 3. Ed. rev. e ampl. Editora Salesiana.

GRINSPUN, Mirian. **Autonomia e Ética na Escola – o novo mapa da educação**. São Paulo: Cortez, 2014.

NANNI, Carlos. **O Sistema Preventivo de Dom Bosco, Hoje**. Editora Cisbrasil, 2014

PERRENOUD. Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PERRENOUD. Philippe. **A Pedagogia na Escola das Diferenças** - Fragmentos de uma sociologia do